

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: SUA CONTRIBUIÇÃO PARA OS ESTUDOS SOBRE DEPENDÊNCIA¹

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO:
HIS CONTRIBUTIONS TO THE STUDIES ON DEPENDENCE

José Antonio Spinelli²

RESUMO

Nosso foco nesse trabalho é analisar a contribuição de Fernando Henrique Cardoso, que debateu a perspectiva de (re)construção da democracia num momento em que a ditadura começava a perder força em setores importantes da sociedade civil e ensaiava uma retirada cautelosa, preservando privilégios e tentando rearticular o mesmo bloco de poder conservador que governara desde o golpe de Estado de 1964, fazendo concessões que sinalizassem para um Estado de Direito com democracia restringida.

Palavras-chave: Democracia; Dependência; Golpe de 64.

ABSTRACT

Our focus in this paper is to analyze the contribution of Fernando Henrique Cardoso to the debates on the perspectives of the democracy (re)construction, in a moment when dictatorship started to lose its strength in important sectors of civilian society, rehearsing a cautious phasing out, preserving privileges and trying to rearticulate the same conservative power block since the coup d'état of 1964, and giving concessions that were the first signs toward the rule of law with a restricted democracy.

Keywords: Democracy; Dependence; 1964 coup d'état.

¹ A presente produção foi apresentada como palestra na Mesa Redonda "Intelectuais Formadores E Suas Reflexões Sobre O Ensino De Ciências Sociais" do Evento Conjugado ENCS – O Ensino de Ciências Sociais em tempos de exceção: desafios e perspectivas.

² Professor Titular de Teorias Sociológicas do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Bacharel em Sociologia/UFRN. Bacharel em Sociologia e Política/Fundação José Augusto-Natal. Mestre em Sociologia/Universidade Estadual de Campinas. Doutor em Educação/Universidade de São Paulo.

Neste artigo, discutimos criticamente a forma como Fernando Henrique Cardoso mobilizou determinados esquemas teóricos e políticos para abordar a estratégia de construção de uma nova democracia no Brasil a partir da crise da ditadura militar-empresarial-burocrática³. Nesse sentido, vamos identificar, nas matérias coletadas, sua problemática e verificar seu substrato teórico e as categorias analíticas que utilizou, comparando a produção teórico-jornalística do autor com sua produção acadêmica do período aproximadamente estudado. Nessa medida, daremos relevo a categorias estratégicas, como capitalismo dependente, democracia liberal, democracia participativa, ditadura, autoritarismo, autoritarismo-burocrático e outros.

A escolha de F. H. Cardoso se justifica principalmente porque há em sua produção uma identidade temática acerca: a) das reais possibilidades de uma transição democrática; b) do papel dos atores políticos envolvidos na trama da transição: dirigentes do regime, oposição legal, oposição clandestina, partido oficial do regime, trabalhadores e organizações sindicais, empresários e suas organizações, movimentos sociais e outros; e, c) em seus artigos ele se preocupa em qualificar a nova ordem democrática que o país deveria construir, assumindo uma postura propositiva.

Ademais, sua contribuição se estende por todo o período em que o jornal

circulou e percebe-se que o conjunto dos seus artigos dialogam entre si, estabelecendo afinidades e dissonâncias que dizem respeito a questões cruciais: Qual democracia? Qual a natureza do regime vigente? Que reformas políticas são prioritárias? Quem são os atores relevantes?

E envolvem embates teóricos no âmbito da Ciência Política e da Sociologia: O que é autoritarismo? O que é ditadura? O que é democracia? Qual a natureza do capitalismo dependente?

Nossa hipótese central é que Cardoso e outros intelectuais travaram um combate teórico-político e ideológico contra a estratégia liberal-conservadora e elitista do regime e propuseram uma saída que apelava tanto às elites (empresários, militares, dirigentes partidários) como aos segmentos populares e de classe média para arquitetar um novo bloco de poder com uma base social mais alargada, com protagonismo popular mais direto, porém sem romper decididamente com a pauta do liberalismo político. Nesse sentido, independentemente de suas intenções, seus aportes contribuem para a continuidade da hegemonia burguesa em nosso país sob bases intelectuais renovadas.

Recolhemos artigos para identificar sua abordagem analítica, distinguir as categorias conceituais e políticas com as quais trabalha e o universo teórico (e teórico-ideológico) mais amplo no qual se situa e avaliar o significado de sua contribuição.

³ Essa designação é adotada por R. A. Dreifuss (1981) e me parece mais adequada do que “ditadura civil-militar”, regime “autoritário-burocrático” ou simplesmente “regime autoritário” (adotadas por F. H. Cardoso, F. C. Weffort, G. O’Donnell, Philippe Schmitter, Juan Linz, Alfred Stepan e outros).

Para tanto, foi realizada pesquisa documental na coleção do Jornal Opinião (recolhida no Arquivo da Biblioteca Nacional e na coleção particular do autor) referente a todo o período da existência do Jornal (1972-1977), selecionando especificamente os artigos que permitiam identificarmos os núcleos temáticos abordados em diferentes momentos, as referências teóricas utilizadas através de citações de autores e de conceitos e as opções políticas que faz em vista da conjuntura profundamente cambiante e desafiadora que enfrenta.

A pesquisa nos artigos publicados no Opinião foi complementada por uma análise comparativa com as obras contemporâneas do autor para abordar certas categorias conceituais estratégicas para discutir criticamente o seu aporte. Nesse sentido, não se trata de discutir abstratamente conceitos isolados, mas de apontar a problemática de cada autor e o conjunto de noções que mobilizam para avaliar criticamente o significado de suas contribuições.

Já se disse que o Jornal Opinião ofereceu à oposição contra a ditadura as armas com as quais empreendeu a difícil transição para a democracia. Talvez haja exagero nesse diagnóstico, mas é inegável que o Opinião, congregando intelectuais e jornalistas que iam da esquerda ao campo liberal, constitui uma frente importante e qualificada que dialogou com um público intelectualizado, majoritariamente de classe média, e deu alento à luta de resistência contra o regime ditatorial (Kucinski, 1991; Almeida, 1992; Kenski, 1990).

Opinião desempenhou um importante papel na condução da luta democrática pelo fim da ditadura e restauração das instituições democráticas no Brasil

no pós-1964. Sua circulação era nacional e concorria com as principais revistas semanais daquele período, chegando a vender, em seu auge comercial, 36 mil exemplares, um feito extraordinário para uma publicação alternativa que fazia oposição aberta ao regime.

Considerado por muitos analistas o mais importante jornal alternativo dos “anos de chumbo”, Opinião destacava-se por seu elevado nível cultural e o peso intelectual de seus colaboradores. Em suas páginas escreveram intelectuais, ativistas políticos, jornalistas, cientistas e outros. Figuras como Maria da Conceição Tavares, Francisco de Oliveira, Paul Singer, economistas críticos, contribuíam para o jornal. Destacados opositores do regime, como o cardeal D. Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo; D. Pedro Casaldáliga, Bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia; o sociólogo Luciano Martins e o jornalista especializado em economia Dirceu Brisola também foram colaboradores do Opinião.

Sendo um jornal de “frente”, Opinião acolheu contribuições heterogêneas no que diz respeito às posições teóricas e político-ideológicas. Obviamente há diferenças marcantes mesmo entre o pequeno grupo de articulistas uspianos que colaboraram com o jornal: desde um F. H. Cardoso que defende uma pauta liberal de corte mais clássico; um Weffort, que assinala a necessidade de incorporar a classe trabalhadora urbana organizada nos processos de formação da vontade coletiva; um José Álvaro Moisés, que propõe de forma mais clara a adoção dos princípios da democracia participativa; e finalmente um José Augusto Guilhon Albuquerque, que se preocupa com a representatividade

social dos partidos políticos então existentes (Arena e MDB tolerados pelo regime).

O grupo de intelectuais uspianos que colaborou no *Opinião* praticou um tipo de periodismo que talvez possa ser chamado de “jornalismo teórico-político”, para usar uma expressão do filósofo francês Jacques Texier (2005, p. 17), em contexto bastante diverso. Com essa observação quero chamar atenção para um tipo de produção em que os autores, seguindo padrões distintos tanto da academia (com seus rigores metodológicos), como do jornalismo (muitas vezes voltado para o imediatismo do cotidiano) exercem um tipo de ensaísmo curto, articulado à conjuntura política do dia, recorrendo, contudo, a categorias das Ciências Sociais e exercitando a imaginação criadora.

F. H. Cardoso já tinha publicado trabalhos importantes, entre os quais, um livro originado em sua tese de doutorado orientada por Florestan Fernandes, em que analisava as especificidades do escravismo na Região Sul do Brasil (1977 [1961]), e, sobretudo, publicou um livro de repercussão internacional, em colaboração com Enzo Falletto (1970 [1969]), que reinterpretava as transformações recentes do capitalismo na América Latina, numa tentativa de superar as limitações da abordagem da Cepal e das teorias marxistas correntes. Durante sua colaboração com o *Opinião* publicou outros trabalhos e muitos artigos em periódicos e coletâneas. Suas matérias veiculadas no *Opinião* dialogavam com as teorias expostas em suas obras do período.

F. H. Cardoso foi, ao mesmo tempo, o teórico e o ideólogo do capitalismo dependente-associado. J. C. Reis (2001) o alinha na tradição dos pensadores que visualizam o Brasil na perspectiva da mudança, da ruptura, da modernização. No entanto, FHC também pode ser alinhado entre os adeptos da continuidade, o que o aproximaria a um Gilberto Freyre. Vejamos: após reconciliar os pares dependência/desenvolvimento e atraso/modernização, ele enfoca o “autoritarismo” como um ponto fora da curva, um desvio no processo de modernização societária, para o qual a ditadura dera sua contribuição, “aprofundando” a industrialização e consolidando uma estrutura de classes avançada. Sua recusa em usar a expressão “ditadura”⁴ e em reconhecer os traços fascistas da ditadura militar-empresarial-burocrática brasileira são um sintoma dessa visão de certa forma “amistosa” em relação ao regime.

Cardoso recusa a visão economista segundo a qual há uma relação necessária entre as necessidades do processo de acumulação do capital e a forma do regime político. Para justificar essa recusa ele faz uma distinção entre forma do Estado e forma do regime.

Enquanto a forma do Estado diz respeito ao “pacto de domínio” que garante ao mesmo tempo a aliança das classes e frações dominantes e a subordinação das classes dominadas, a forma do regime diz respeito às regras formais que ligam as instituições políticas entre si e estabelecem os laços entre cidadãos e governantes.

⁴ Florestan Fernandes (1979) polemizou com o conceito de autoritarismo, contrapondo-lhe a noção clássica de ditadura.

Assim, uma mesma forma de Estado (capitalista e dependente, no caso da América Latina) “pode coexistir com uma grande variedade de regimes políticos: autoritário, fascista, corporativista e até democrático” (CARDOSO, 1982, p. 47).

Não há dúvida que o autor tem razão nesse sentido preciso: o capitalismo tem historicamente demonstrado grande flexibilidade no que diz respeito à forma dos regimes políticos. Isso é válido tanto para os países capitalistas desenvolvidos como para a periferia atrasada, ou subdesenvolvida ou dependente.

Nessa medida, a democratização do regime, ou a transição para a democracia, não envolveria necessariamente uma mudança das relações de produção ou do “modelo econômico” do regime. Ou, em termos mais radicais, não passaria necessariamente por uma revolução, como desejavam, até meados dos anos 1970, muitos grupos da esquerda armada. Ao contrário disso, a transição seria possível (e desejável, na perspectiva cardosiana) para colocar o Brasil nos trilhos da democracia, abrindo-se possibilidades de transformação social sem rupturas revolucionárias.

Entretanto, F. H. Cardoso vai mais longe em seu rompimento teórico com o marxismo, mesmo que se admita que o seu marxismo tinha uma composição eclética, mesclando categorias weberianas com categorias marxistas⁵. O webero-marxismo, em suas diversas configurações, recolheu de Max Weber o conteúdo crítico presente em sua

abordagem do processo de racionalização na civilização ocidental (o “desencantamento do mundo”). Todavia, em seus artigos no *Opinião* (e com todas as cautelas que devemos ter para trabalhos que eram dirigidos ao grande público e enfrentavam a vigilância da censura) transparece mais claramente uma incorporação do paradigma funcionalista em Sociologia e do enfoque hegemônico na Ciência Política, sobretudo norte-americana,

É com esse significado que a noção de classes sociais foi substituída pela de grupos de interesses; as lutas de classes por conflitos de interesses ou por representações de interesses e o Estado moderno [burguês, supostamente] é concebido como a instância que acolhe e estabiliza os conflitos e os institucionaliza, tornando-os permanentes. Tem-se, portanto, a perspectiva de uma democracia liberal sem fim.

A categoria imperialismo é supérflua na análise de Cardoso. Ele a abandona, justamente sob o argumento de que já não se trata de um entrave ao desenvolvimento. Assim, cabe apenas exercer, a partir da sociedade civil, certo controle sobre as empresas multinacionais e discutir seu papel no processo de desenvolvimento.

Em sua análise do “sistema autoritário” F. H. Cardoso lança mão da noção, por ele criada (CARDOSO, 1974), de “anéis político-burocráticos” para dar conta da solidariedade dos interesses privados das grandes empresas multinacionais e brasileiras com os interesses da burocracia do aparato estatal e das grandes

⁵ O tema do marxismo weberiano tem sido objeto de análises por inúmeros autores, entre os quais, Michel Löwy (2016) aborda a questão do webero-marxismo, apontando as convergências entre o marxismo e o weberianismo nas obras de G. Lukács e da Escola de Frankfurt.

empresas estatais, convertendo-se numa aliança poderosa que substitui o pacto democrático e os partidos da democracia representativa.

Esses “anéis burocráticos”, ou político-burocráticos, são um arranjo próprio ao capitalismo hiperdesenvolvido e expressam a aliança de interesses do capital multinacional-associado (conforme a terminologia do próprio Cardoso) e os setores da elite burocrática dos novos aparatos estatais empresariais. No entanto, a solidariedade de interesses entre as burocracias estatais e privadas são um fenômeno típico do capitalismo monopólico em sua fase dita imperialista, como assinalou Lênin em seu conhecido livro *Imperialismo, fase superior do capitalismo*.

A novidade, nesse caso, consistiria no fato de uma parte da elite estatal (a corporação militar) ter assumido diretamente o comando do Estado político, estabelecendo ao mesmo tempo uma aliança e uma competição com o setor privado. Assim, o “nacionalismo” da corporação militar, introduziria uma tensão no interior dos “anéis político-burocráticos”.

Isso teria se manifestado no caso do acordo nuclear com a Alemanha, durante o governo Geisel (1974-1979), na elaboração, por parte do governo, do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), previsto para durar dez anos, o qual conferia papel destacado à empresa estatal, e na

campanha “contra a estatização da economia”, encampada por grandes veículos da imprensa conservadora depois de 1974.

O texto jornalístico de Cardoso no *Opinião* comporta no geral dois momentos distintos: no primeiro, em plena era Médici, o pessimismo reponta sob um tom amargo, exibindo ao mesmo tempo uma análise crítica rigorosa do regime, apresentado como uma ditadura autoritária, burocrática, centralizada, fechada e incapaz de se autorreformular⁶. No momento seguinte (governo Geisel), Cardoso parece ver possibilidades de uma transição negociada para a democracia a partir de uma autorreforma do sistema autoritário que reintroduza o habeas corpus, a liberdade de informação, de organização partidária e outras.

No entanto, mesmo no caso de uma transição negociada⁷ Fernando H. Cardoso coloca a exigência de reformas prévias, advertindo que a institucionalização do regime não deve ser confundida com democratização. Numa clara referência à teoria constitucionalista-liberal, na tradição de Montesquieu e dos Federalistas, ele afirma que a democratização remete “à teoria da representatividade, de autonomia e de controle dos poderes”. Os caminhos para chegar à democracia, passam pela “questão da representatividade, dos partidos, dos tribunais, dos direitos civis”⁸. Pouco adiante, escrevendo sobre a questão dos partidos e exigindo uma reforma partidária

⁶ *Opinião* nº 4, 27/11 a 04/12/1972, “Uma austera, apagada e vil tristeza”. Cardoso reproduz no título do artigo uma frase de Luís de Camões.

⁷ Conforme nos adverte Paramio (19??) existem dois modelos básicos de transição de regimes autoritários para a democracia: os que ocorrem por ruptura (caso argentino) ou por negociação (caso espanhol).

⁸ “A democracia do professor Huntington”, *Opinião* nº 94, 26/08/1974.

autêntica, dirá que no Estado democrático o conflito político deve ser “a expressão de choques de interesses sociais”⁹.

Qualificando o regime democrático, ele repisa questões, insistindo de forma veemente que um regime desse tipo tem como premissas básicas o respeito aos direitos civis, às liberdades individuais e aos direitos de associação. O corolário disso é a divisão dos poderes em esferas autônomas, a defesa dos direitos civis a independência e autonomia do Judiciário, a restauração do habeas corpus e a liberdade de informação.

Os pressupostos implícitos na teorização de F. H. Cardoso se harmonizam com os cânones do pensamento liberal e avançam, talvez naquele momento, no terreno da social-democracia ao propor reformas que vão na direção de um capitalismo democrático socialmente mais equilibrado. A sua posição, bastante avançada no contexto autoritário em que se vivia, de que o Estado deveria se abrir aos conflitos da sociedade civil, de que deveria ser capaz de absorver a representação de interesses etc., pressupõe realmente uma conflitualidade social que exige canais de expressão só possíveis com liberdade política que o regime tolhia.

Fernando Henrique Cardoso não se esquece de incluir em seu projeto de democratização a sugestão de ampliar a participação política. Entretanto, o discurso da participação é muito amplo e pode conter, na verdade, propostas muito distintas. Assim, F. H. Cardoso propõe o “aumento da participação e do controle popular” sobre

a gestão do Estado de forma genérica, embora tenha o mérito de ao menos levantar a questão. Ainda assim, suas propostas não contemplam as pautas de uma democracia participativa, mantendo-se nos marcos do pensamento liberal.

Ao que tudo indica, o discurso participativo de Fernando Henrique tem mais intuito polêmico e retórico, do que propositivo. Tratava-se de confrontar o discurso da “nova esquerda” que pega em armas para combater a ditadura, para as quais a alternativa era socialismo ou fascismo. Para F. H. Cardoso havia uma democracia possível no interior do novo capitalismo dependente-associado, o qual era “autoritário”, mas não fascista e conservava em seu interior, em posição subalterna, mas importante, ideias e instituições características do liberalismo.

A discussão da questão da democracia por Fernando Henrique Cardoso está intimamente associada à caracterização que ele faz da sociedade brasileira e do regime autoritário. Sendo assim, as três questões (caráter da sociedade, autoritarismo, democratização) devem ser tratadas conjuntamente.

Sua concepção de democracia está mais próxima da ideia republicana de ‘governo equilibrado’ do que da noção mais propriamente democrática de governo popular. A noção de ‘conflito’, entretanto, o aproxima da versão mais democrática do republicanismo, aquela associada ao nome de Maquiavel.

Montesquieu elabora a noção de “governo misto”, uma forma de governo

⁹ “Reforma partidária”, Opinião nº 126, 04/04/1975.

que equilibra o poder do monarca, da nobreza e do “povo” (burguesia). Daí partem os Federalistas para avançar a ideia de uma república aberta à participação popular, mas sem que esse elemento popular de fato possa deliberar ou governar, delegando tais funções a um conjunto ou sistema complexo, constituído pela instituição que viria a ser chamada “presidência imperial” juntamente com os corpos parlamentares e a Suprema Corte.

Ao longo de cinco anos de colaboração regular no jornal Opinião, F. H. Cardoso ocupou-se persistentemente dos problemas institucionais do país. Nesta ordem de reflexões, o tema da democracia estava sempre presente, seja quando apontava o caráter não democrático do regime em vigor – acentuando o seu contraste com o que seria uma democracia efetiva –, seja quando propunha concretamente medidas para encaminhar a restauração da democracia, ou, falando mais rigorosamente, para a construção de uma verdadeira democracia moderna, inédita na história do país, a levar em conta o seu julgamento do modelo presente em nosso passado histórico, a “democracia populista”, considerada por ele deficiente e ultrapassada.

Em nosso entendimento, as bases reais da democracia populista haviam sido suprimidas pelo trabalho da história. Não mais existiam: a) um Estado desenvolvimentista *de massas*, perseguindo o objetivo de um capitalismo nacional autônomo. Francisco de Oliveira (1989, cap. 3) mostra que no segundo governo Vargas estava em vias de se concretizar um padrão de acumulação

que correspondia a tal objetivo, resultante, entre outras medidas, da nacionalização da produção de bens intermediários; b) uma burguesia nacional ligada ao mercado interno, dispondo de laços ainda débeis com o capital monopolista estrangeiro e dependendo de apoio fiscal, creditício e alfandegário do Estado; c) uma classe operária tutelada pelo Estado, com uma organização sindical de moldes corporativos. Tais bases haviam sido destruídas, especialmente durante a “restauração Kubitschek” (a expressão é de F. de Oliveira) e mais drasticamente nos anos do “milagre” da ditadura militar.

O novo padrão de acumulação que começa a se gestar no período Kubitschek e se consolida com o “milagre” dá origem a uma nova classe operária, por seu modo distinto de inserção num processo produtivo mais moderno e em relações de trabalho idem. Surge, concomitantemente, um novo estilo sindical que rompe com as práticas populistas nessa área e dá ênfase às relações industriais e à organização pela base. (V. Humphrey, 1982). Tratava-se, também, de uma nova geração de operários que não tinha vivido a experiência do janimismo e do trabalhismo, experiência cuja continuidade fora interrompida nos anos de repressão.

É preciso levar em conta que, de certa forma, F. H. Cardoso aproxima-se – pela amplitude de sua abordagem, pela capacidade de generalizar, pelo hábito de referir-se ao Brasil de uma perspectiva panorâmica – dessalinagem de pensadores sociais (entre os quais se incluem um Gilberto Freyre, um Sérgio Buarque de

Holanda e outros), que Carlos Guilherme Mota chamou “explicadores do Brasil”¹⁰.

O próprio FHC não se autointerpreta dessa forma. A geração uspiiana com a qual conviveu em seus anos de formação busca conscientemente se afastar do “ensaísmo” típico dos “explicadores do Brasil”. Em depoimento, ele disse: “A preocupação central era com o discurso científico, procurando afastar-se da ‘ideologia’, enfatizando a pesquisa empírica” (SORJ, 2001, p.14). Sorj observa que nem sempre essa tentativa de distanciamento obteve êxito completo. É compreensível que a geração do “Seminário de Marx” procurasse demarcar seu território, como reconhece implicitamente Florestan Fernandes (SORJ, 2001, p. 18-19). Porém, é inegável que a chamada “escola uspiiana” inaugurou um novo estilo de fazer ciência social, preocupado com o rigor metodológico, com a pesquisa empírica, com o uso criterioso dos conceitos, com a coerência teórica. E relativamente distanciada dos embates ideológicos que marcavam a produção dos intelectuais do ISEB ou dos “marxistas-leninistas”. Isso, todavia, não os livrou da “ideologia” porque esta não pede licença para se instalar nos discursos mais ascéticos.

É assim que essa postura essa postura de Cardoso e de outros

intelectuais uspiianos não os poupou de absorver certos pressupostos “ideológicos” de um Sérgio Buarque e, indiretamente, de um Gilberto Freyre¹¹.

A reflexão de Cardoso geralmente alça voos amplos, detendo-se em múltiplas temáticas: a nova ordem econômica mundial, os regimes autoritários na Europa e na América Latina, o novo caráter da dependência, a evolução política brasileira, o sistema de partidos no Brasil etc. Ele pensa o Brasil como uma sociedade moderna, industrial, de massas, a partir do lugar que lhe deve caber nesta nova ordem mundial que está se redefinindo. E se esforça para equacionar o modelo político-institucional adequado para completar um processo de modernização que, no fundamental, em sua visão, já cumpriu as etapas econômicas necessárias.

Em muitos dos seus artigos F. H. Cardoso adota um tom propositivo, sob a forma de recomendações à oposição democrática, de sugestões para a reforma do regime ou, por vezes, de conselhos aos setores mais “esclarecidos” (“liberais”) dos grupos no poder.

Embora polemizando contra o marxismo tributário dos esquemas analíticos da III Internacional e outras correntes¹², não deixa de reiterar o caráter dependente da economia brasileira,

¹⁰ Carlos Guilherme Mota (1977, p. 30) refere-se aos “explicadores do Brasil”, sublinhando seu vezo generalizante, a dificuldade de enquadrar sua produção num ramo específico de conhecimento e sua sagacidade em introduzir noções ideológicas por sob as aparências de um tratamento científico. Escrevendo numa era de “conflitos radicais” esse autor talvez tenha sublinhado com um certo exagero as rupturas entre a geração dos “ensaístas” e a que lhe seguiu.

¹¹ Veja-se o texto provocante de Jessé Souza (2015) realçando em particular as continuidades entre uma geração e outra.

¹² F. H. Cardoso não o diz explicitamente, mas tudo indica que estivesse se referindo à esquerda marxista mais “ortodoxa” (linha política do PCB) e aos estruturalistas cepalinos. Para uma discussão das correntes “estagnacionistas”, veja-se Guido Mantega (1984). Para uma discussão provocante sobre as relações entre o pensamento estruturalista (o furtadiano em especial) e o pensamento econômico marxista no Brasil, veja-se o ensaio de Francisco de Oliveira (1997).

inserida na ordem econômica mundial do capitalismo e carente dos capitais e da tecnologia externos para viabilizar seu processo de reprodução.

Porém, assinala criticamente que a dependência não gera necessariamente estagnação econômica ou imobilismo social. Ao contrário disto, tem havido um processo real de desenvolvimento¹³, embora contraditório, que provoca um estado de perplexidade em protagonistas e observadores. Esse aspecto contraditório tem raízes em nossa formação histórica, vem da época colonial, combinando a recriação de formas arcaicas, como a escravidão, com a modernidade do capitalismo mercantil e industrial.

Em “Os mitos da oposição (I)”¹⁴, primeiro de dois artigos que se tornaram célebres pela contundência em apontar equívocos de setores da esquerda, inicia observando que o desenvolvimentismo, tão execrado nos anos 1950, agora é ideologia de Estado. Tal mudança na fraseologia e na ideologia do mundo oficial e dos setores dominantes, assegura, deve ter alguma relação com o que ocorre na vida real. Mas, as oposições disso não se apercebem aferradas a mitos antigos. Para elas o divisor de águas continua a se dar entre o estatismo desenvolvimentista, de um lado, e as formas tradicionais de dominação imperialista, de outro.

O imperialismo, na visão da esquerda, tendo vencido o confronto em 1964, conservaria a estagnação, o atraso e o imobilismo social. F. H. Cardoso aponta que, ao contrário disso, temos desenvolvimento, associação entre capitais multinacionais, o Estado e empresas locais, mobilidade social no quadro de uma “sociedade aberta” e expansão do mercado interno. Tudo isso, ele não deixa de mencionar, nos quadros de um capitalismo dependente e de repressão política interna.

Dependência, em sua visão, não significa estagnação ou imobilismo. O desenvolvimento dependente embora seja concentrador de renda produz um “simulacro da sociedade de consumo de massas” e cria novas aspirações. A solução não seria substituir o regime vigente por outro, estatista e chauvinista, e ainda mais autoritário. Frente a este quadro, a agenda da oposição deve mudar. Propõe que se leve em conta a “ânsia de consumo” das massas urbanas e se substitua o anti-imperialismo formal pela discussão sobre a desigualdade social, a liberdade (para acabar com a desigualdade) e formas de participação política.

Seguindo a mesma linha do artigo anterior, em “Os mitos da oposição (II)”¹⁵, F. H. Cardoso continua criticando a oposição de esquerda, porém, em particular, no subtexto, a esquerda armada. Inicia o artigo apontando o caráter contraditório

¹³ F. H. Cardoso considera supérflua a discussão, muito em voga entre os cientistas sociais latino-americanos nos anos 1960/1970, sobre a alternativa desenvolvimento/crescimento. Seguindo a análise de Marx em O Capital, considera que o desenvolvimento ocorre quando há acumulação de capital e diferenciação da estrutura produtiva. Neste sentido, o Brasil dos militares exibe um processo de desenvolvimento sem precedentes em sua história.

¹⁴ Opinião nº 16, 19 a 26/02/1973.

¹⁵ Opinião nº 22, 02 a 09/04/1973.

do capitalismo brasileiro, o que geraria perplexidade em todos os protagonistas. Isto viria de longe, desde a época colonial, quando o arcaísmo do tráfico negreiro, da escravidão e do colonialismo sustentaram primeiro a acumulação de capitais no período mercantil e, depois, a revolução industrial. No presente, as desigualdades sociais e regionais, a pobreza urbana e rural, se combinam com os bolsões de prosperidade urbana e abundância.

Pergunta como relacionar esses diversos aspectos, como identificar o movimento predominante? Ao invés de perguntar-se sobre isto, diz ele, a oposição apostou na estagnação econômica e na imobilidade social, supondo que a miséria, o atraso do campo e a marginalidade urbana bloqueariam o crescimento urbano-industrial e a estabilidade social. Como o capitalismo brasileiro seria incapaz de avançar (E. H. Cardoso pergunta ironicamente se essa determinação é de essência divina) e a fraqueza da sociedade civil impediria a atuação política das massas urbanas, as transformações viriam do campo e dos “núcleos políticos exemplares” que se enfrentariam diretamente com o Estado. Diante disso, sugestivamente, ele propõe “abandonar o mito da inviabilidade da participação”.

Para E. H. Cardoso, se a tecnologia, o capital financeiro e a comercialização externa são dominadas pelas grandes empresas multinacionais, não deixa de haver associação entre o capital estrangeiro, o Estado e empresas locais, expansão do mercado interno nos marcos de um capitalismo dependente e mobilidade social no âmbito de uma “sociedade aberta”.

Embora a “nova dependência” não tenha eliminado completamente os velhos mecanismos de exploração imperialista (como a utilização de matérias-primas baratas e a venda de produtos acabados oriundos das economias centrais), introduziu novos elementos na relação entre países centrais e periféricos e criou um quadro novo. As empresas imperialistas passaram a explorar diretamente o mercado interno dos países dependentes e se associaram às empresas locais, tanto as privadas como as do próprio setor produtivo estatal.

O imperialismo, assegura Cardoso, agora está associado ao esforço de desenvolvimento dos países dependentes. Não pode ser considerado mais um fator que entrava a industrialização ou impede o crescimento do mercado interno. Neste sentido, o nacionalismo, que ainda encontra abrigo no programa do MDB e na plataforma da esquerda, é uma ideologia “de outra época”. O quadro internacional dos anos 1970 e a forma de inserção das economias dependentes na nova ordem mundial tornaram esse nacionalismo obsoleto, inadequado, sem apoio real para se constituir em alternativa política. Tanto o Estado como o capital nacional se associam crescentemente ao capital estrangeiro. E a política das grandes potências é de incentivo ao esforço de desenvolvimento dos países dependentes. Óbvio, enfatiza, esse modelo gera novas distorções: endividamento externo, dependência financeira, tecnológica e comercial e agrava as desigualdades internas, beneficiando mais uns setores que outros.

Além disso, para Cardoso as mudanças nos anos 1970 na ordem política e

econômica internacional tornaram caducas as motivações que deram origem ao regime autoritário. Essas mudanças possibilitam a armação de outro esquema de integração econômica e de formas políticas mais abertas e adequadas a uma sociedade moderna, altamente industrializada e com uma base social pluralista.

Em sua análise da situação internacional ele enquadra o Brasil em um contexto mais amplo: realinhamento econômico, com o fim dos acordos de Bretton Woods e dos instrumentos de regulamentação do comércio mundial; degelo da guerra fria; questionamento da hegemonia das duas superpotências; desagregação do bloco socialista; tentativa das empresas transnacionais em se constituírem em atores políticos; fragmentação do Terceiro Mundo, em que uma parte vai constituir um “mundo dois e meio”, com alguns países do Segundo Mundo, enquanto outra parte resvala para a zona sombria de um Quarto Mundo.

Em sua visão, países como o Brasil redefinem suas posições face ao confronto USA/URSS; o equilíbrio interno de poder e os objetivos externos desses países não são os mesmos de quando a guerra fria tinha uma definição clara. Isso abre espaço para novas alianças em nível internacional, com possibilidades econômicas mais vantajosas para as nações periféricas.

Ao nível interno, o modelo de crescimento baseado nas exportações e no “arrocho salarial”, para atrair capital estrangeiro, “fez água”, face às mudanças no comércio mundial e às pressões sociais internas. Cumpru-se uma etapa do processo de acumulação, com o fim do “milagre”, e o governo procura reconverter

a economia, articulando novos mecanismos de acumulação, ou reorientando os antigos para outros setores, e delineando um programa de investimentos em bens de capital, siderurgia e setor energético. Isto exige uma “forte articulação entre indústria local, Estado e as multinacionais”.

Tais diretrizes ganhariam corpo nas formulações do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que constituiu uma tentativa de aprofundar o processo de industrialização, tornando o país relativamente autônomo em bens de capital e tecnologia básica. Como se sabe, os objetivos ambiciosos do II PND foram abandonados, em virtude de dificuldades relacionadas com a recessão mundial e a crise do petróleo. Foi, sem dúvida, o último ensaio da ditadura para dotar o país dos requisitos necessários à ideologia de grandeza (“Brasil-potência”) proclamada pelos militares.

A estratégia do II PND consistia em superar o subdesenvolvimento e reorientar o crescimento da economia, mudando a ênfase que vinha sendo dada desde meados dos anos 50 ao setor de bens duráveis de consumo para o setor de insumos básicos e bens de capital. Embora a equipe econômica do governo Geisel procurasse ativamente a participação do setor privado na execução do plano, a estratégia adotada privilegiava o setor produtivo estatal. Como disse Carlos Lessa, citado por Castro, o II PND “colocava no palco da industrialização brasileira, a grande empresa estatal” (LESSA, apud CASTRO, 1985, p. 38). Castro complementa: “Os gigantescos investimentos, a cargo do sistema Eletrobrás, da Petrobrás, da Siderbrás, da Embratel e de

outras empresas públicas eram, a rigor, o sustentáculo do programa” (CASTRO, 1985, p. 38). Este último autor considera que o II PND alcançou, em grande medida, os seus objetivos econômicos, permitindo que o país superasse a crise cíclica que se aproximava e sustentasse o crescimento da economia na década de 1970.

Parcialmente abandonado na gestão seguinte, do presidente João Figueiredo, o II PND deixou de cumprir a estratégia social de promover a redistribuição de renda. O privilégio dado à empresa estatal foi um inegável fundamento real para a campanha contra a “estatização” da economia desencadeada pela burguesia industrial e pela oposição liberal em 1974. Ao mesmo tempo, a reivindicação por democracia ficava subordinada, na perspectiva da burguesia, à necessidade de “liberdade econômica” que o regime aparentava tolher.

Segundo F. H. Cardoso, a campanha contra a “estatização da economia”, com grande apoio do jornal *O Estado de S. Paulo*, expressa o que considera um “estatismo fantasmagórico” provindo dos “setores mais cegos do empresariado”, daqueles grupos econômicos que não fazem mais parte dos “focos estratégicos de desenvolvimento” e tentam obter a qualquer custo “um lugar sob o sol do Estado”.

Essa posição de Cardoso conflita com a observação mais sensata de J. A. Guilhon Albuquerque, que atribui a campanha contra a “estatização da economia” ao interesse do grande capital internacional em penetrar em setores

ocupados pela empresa estatal, em particular a Petrobrás¹⁶. Deve-se acrescentar que, além do grande capital multinacional, o grande capital nacional, associado às multinacionais, também teria o maior interessado em conter e limitar o apetite expansionista da grande empresa estatal.

Fernando Henrique Cardoso aponta o processo de formação de um novo patamar de acumulação que traria desdobramentos político-sociais acerca dos quais não seria possível, naquele momento, fazer previsões. Entretanto, esse novo patamar de acumulação vinha se constituindo desde meados dos anos 1950 e suas implicações político-sociais eram visíveis, para dar um exemplo marcante, no novo sindicalismo do ABC paulista e de outras regiões industriais do país.

Apontando para a complexidade da sociedade civil, F. H. Cardoso identifica como principal tarefa política “ajustar os objetivos do Estado aos da nação”. Para ele a nação de que se fala não é constituída apenas pelas “classes produtoras”, mas “compõe-se por um povo de trabalhadores, por uma população agrícola, por técnicos e intelectuais, por funcionários, empregados etc.”

Em artigo que discrepa da linha dominante em suas análises, F. H. Cardoso indica que as mudanças estruturais que atingem a ordem econômica internacional abrem espaço para pensar em um novo modelo civilizatório, uma “nova utopia”, que não seria socialista (esse sistema, segundo sua avaliação, já teria encontrado seus limites históricos), nem

¹⁶ José Augusto Guilhon de Albuquerque, “Liberalismo econômico e liberalismo político”. Opinião n.º. 137, 20/06/1975.

terceiro-mundista ao velho estilo nacional-estatista, mas combinaria a racionalidade técnico-econômica do capitalismo com a valorização de temas comunitários próprios às velhas civilizações¹⁷.

A possibilidade de um “desenvolvimento capitalista nacional autônomo” ganhou foros de realidade entre os anos 1930-1950, a chamada “Era Vargas”. O curto e denso período Kubistchek sepultou esse sonho. Francisco de Oliveira, teorizou essa transição numa obra pouco divulgada (A economia política da dependência imperfeita). O que tornou viável a reconciliação entre dependência & desenvolvimento foi a reconstrução econômica do capitalismo pós-Segunda Guerra. Se nos anos 1945-1955 o Plano Marshall recuperou as economias europeias (e a japonesa) combalidas pelo desastre da Guerra, Juscelino promoveu o Plano Marshall à brasileira atraindo o capital estrangeiro para o setor de bens de consumo duráveis, utilizando a infraestrutura construída na Era Vargas (1937-1955) e investindo pesadamente na infraestrutura rodoviária e urbana que iria viabilizar a revolução do automóvel. Isso, por um lado, evidencia os limites do sonho nacionalista (F. de Oliveira diz que o capitalismo nacional era viável até 1955) e mostra que a industrialização pesada não era contraditória aos interesses do grande capital internacionalizado.

Retrospectivamente dá razão a FHC quando este frisa o caráter internacionalizado do desenvolvimento capitalista. No entanto, dizer que o desenvolvimento

capitalista do pós-Guerra se fundamenta na mais-valia relativa é não perceber que mais valia relativa e absolutas não são conceitos antitéticos, mas faces de uma mesma moeda. Como fica demonstrado quase cinquenta anos da publicação de Dependência & desenvolvimento, o capital, dependendo das condições técnicas e políticas, valoriza o diferencial de custo dos fatores (terra, força de trabalho, sistema fiscal, juros etc.) e combina habilmente as duas formas de mais valia. Ou seja, por um lado, se a superexploração da mão de obra era produto do atraso do nosso capitalismo, da fraqueza do desenvolvimento capitalista interno e das próprias fragilidades da classe trabalhadora – superáveis por mais desenvolvimento, pela complementação do sistema industrial através da consolidação do departamento de bens de capital.

Nessa medida, o papel de Fernando Henrique Cardoso não pode ser subestimado. A ele coube acentuar as inconsistências teóricas das diversas correntes que dirigiam intelectualmente as lutas populares dos anos 1950/1960 e propor, em seu lugar, a convivência pacífica com a ordem capitalista-dependente, abrindo espaço para a organização e expressão dos “grupos de interesse” no terreno da democracia competitiva, enquadrada num Estado de Direito Democrático aberto às lutas das classes trabalhadoras e médias por redistribuição do produto social sem questionar o modo de produção capitalista mundialmente constituído que, àquelas alturas, já

¹⁷ Entretanto, em “Por um outro desenvolvimento”, capítulo publicado em Cardoso (1980 [1977]) ele desenvolve essa temática. A meu ver esse é um ponto fora da curva na sua produção teórica.

dava sinais definitivos de que venceria o grande conflito ideológico, econômico e político da Guerra Fria¹⁸.

Cardoso faz as exéquias solenes do ideário de esquerda dos anos 1950/1960 (“populismo”, nacionalismo, anti-imperialismo, revolução democrático-burguesa, socialismo), retirando do horizonte o espectro incômodo da revolução socialista.

¹⁸ Escrevendo sobre a União Soviética, diz Hobsbawm (1995, p. 457): “Na verdade, na década de 1970 era claro que não só o crescimento econômico estava ficando para trás, mas mesmo os indicadores sociais básicos, como o da mortalidade, estavam deixando de melhorar. Isso minou a confiança no socialismo [...]”.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. **Tomando partido, formando opinião: cientistas sociais, imprensa e política.** São Paulo: Sumaré, 1992.
- CARDOSO, F. H. **As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento.** Petrópolis: Vozes, 1980. Cadernos CEBRAP nº 33.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar, 1970 [1969].
- CARDOSO, Fernando Henrique. **O modelo político brasileiro.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre a teoria do autoritarismo.** São Paulo: Hucitec, 1979.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Espec. Parte III – O desmoronamento, p.393-562. [1994].
- HUMPHREY, V. John. **Fazendo o ‘milagre’: controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira.** Petrópolis: Vozes, 1982.
- KENSKI, Vani Moreira. **O fascínio do Opinião.** Campinas: 1990. 2 v. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da UNICAMP.
- KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa.** São Paulo: Scritta, 1991.
- O`DONNELL, Guillermo. **Reflexões sobre os Estados burocrático-autoritários.** São Paulo: Vértice; Ed. Revista dos Tribunais, 1987.
- SILVA, Juremir Machado da. **1964. Golpe midiático-civil-militar.** Porto Alegre: Sulina, 2014.
- SINGER, Paul. **A crise do “milagre”.** 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.